

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v15i26.630>

NARRATIVAS SOBRE A CIDADE: lembranças e esquecimentos sobre grupos étnicos numa cidade do Rio Grande do Sul¹

NARRATIVES ON THE CITY: remembrances and forgetfulness about ethnic groups in a city of Rio Grande do Sul

NARRATIVAS SOBRE LA CIUDAD: recuerdos y olvidos sobre grupos étnicos en una ciudad de Rio Grande do Sul

BIBIANA WERLE

Doutoranda, PPGH-UDESC em História do Tempo Presente
Florianópolis, Santa Catarina, Brasil
bibiwerle@gmail.com

Resumo: Especificando um município do Rio Grande do Sul, chamado Estrela, este artigo relaciona-se a uma análise sobre como a composição étnica da localidade, que foi marcada por conflitos identitários durante o Estado Novo, por exemplo, é representada pelos vetores memoriais contemporâneos. Através do estudo sobre as narrativas comemorativas da cidade, que perpassa jornais locais, pontos e eventos turísticos, este artigo examina como historicamente as diversidades étnicas estão apresentadas de forma desigual pelo poder público local nos patrimônios culturais locais. Narrativas orais, monumentos e documentos encontrados no município possibilitam uma leitura sobre a história local que se difere das narrativas promovidas historicamente pelo governo municipal.

Palavras-chave: Identidade. História local. Rio Grande do Sul.

Abstract: Specifically focusing on a municipality in the state of Rio Grande do Sul, called Estrela, this article relates to an analysis of how the ethnic composition of the locality, which was marked by identity conflicts during the Estado Novo, for example, is represented by contemporary memory vectors. Through the study of the commemorative narratives of the city, which pervades local newspapers, points and tourist events, this article examines how ethnic diversity is historically unequally presented by local public power in local cultural heritage. Oral narratives, monuments and documents found in the municipality allow a reading about local history that differs the narratives historically promoted from the municipal government.

Keywords: Identity. Local history. Rio Grande do Sul.

Resumen: Especificando un municipio de Rio Grande do Sul, llamado Estrela, este artículo se relaciona con un análisis de cómo la composición étnica de la localidad, que fue marcada por conflictos identitarios durante el Estado Novo, por ejemplo, está representada por los vectores memoriales contemporáneos. A través del estudio sobre las narrativas conmemorativas de la ciudad, que atraviesa diarios locales, puntos y eventos turísticos, este artículo examina cómo históricamente las diversidades étnicas están presentadas de forma desigual por el poder público local en los patrimonios culturales locales. Narrativas orales, monumentos y documentos encontrados en el municipio possibilitan una lectura sobre la historia local que se diferencia de las narraciones promovidas históricamente por el gobierno municipal.

Palabras clave: Identidad. Historia local. Rio Grande do Sul.

¹ Artigo submetido à avaliação em junho de 2018 e aprovado para publicação em novembro de 2018.

1. Introdução

Marcado pela chegada de imigrantes alemães a partir da segunda metade do século XIX, o município sul rio-grandense de Estrela enaltece contemporaneamente esse grupo étnico através suas festividades comemorativas, eventos e pontos turísticos. Promovidas pelo poder público municipal, em conjunto com associações locais, as comemorações referentes à data de emancipação de Estrela desenvolvem-se na celebração de uma cultura germânica compreendida como formadora e responsável pelo progresso local. Ao mesmo tempo em que esse grupo étnico aparece heroicizado pela narrativa de publicações comemorativas que foram idealizadas pelo poder público – obras de aniversários do município referente aos 50, 75, 90 anos e ao centenário –, monumentos e por jornais locais contemporâneos, configurando uma ideia de harmonia social em Estrela, outros grupos étnicos e alguns conflitos sociais são obliterados dessa narrativa.

Ao completar 140 anos de emancipação em 2016, o município foi alvo de festejos e a data se estabeleceu como assunto principal do jornal local *Nova Geração*². Como capa da edição, a fotografia de uma família que habita a cidade e a sua legenda são representativas de uma narrativa destinada ao mote étnico teuto-brasileiro e a uma continuidade temporal deste no município, que se destaca como responsável pelo desenvolvimento da região. Legendando a fotografia com a frase: “Não tem futuro se o povo não cultiva o amor ao seu passado”³, a primeira página elabora a reivindicação das três dimensões temporais – passado, presente e futuro – que são simbolizadas pela imagem da família – avós, pais e filho – e pela vestimenta que utilizam. Entreabraçados, os avós aparecem à paisana ao lado de cada filho. Os pais do menino, que se encontra no colo dos dois, utilizam a vestimenta referente ao conjunto dos Grupos de Danças Folclóricas Alemãs de Estrela⁴, indumentária que também veste o filho.

² Fundado em 13 mai. 1966, o semanário é o jornal mais antigo que se encontra em funcionamento nos dias atuais na sub-região do Alto Taquari, onde se localiza Estrela,

³ NOVA GERAÇÃO, p. 1, 20 mai. 2016.

⁴ Segundo o site oficial dos Grupos de Danças Folclóricas Alemãs de Estrela, o grupo de danças “alemãs” criado pelos casais integrantes da Comunidade Evangélica de Estrela foi o primeiro deste estilo no Rio Grande do Sul. Disponível em “O Festival do Chucrute e os Grupos”: <<http://www.gruposfolcloricosdeestrela.com.br/>>. Acesso em 15 mar. 2018. Observamos, através do histórico do grupo descrito em seu site oficial, que o mesmo foi criado justamente com o intuito de reintroduzir as danças consideradas típicas alemãs na sociedade local: “Os jovens da

Outros Tempos, vol. 15, n. 26, 2018, p. 209 - 224. ISSN: 1808-8031

Criado no ano de 1964 por setores da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB), o conjunto conta atualmente com mais de 420 membros, que são divididos em 12 categorias, desde a Mirim até a das Senhoras⁵.

Combinada com a legenda, que coloca o cultivo do “amor” ao passado como condição para um futuro no presente, a imagem da família referencia esta ideia pelo fator geracional⁶ que representa. Podendo caracterizar os pais do menino, que estão posicionados entre seu filho e os avós (seus pais), como o tempo presente, verificamos que sua vestimenta com o traje dos Grupos Folclóricos demonstra o cultivo a um passado que a edição sinaliza na trama da imagem em conjunto com a legenda: a manutenção do que entendem como uma tradição alemã condicionante para um futuro. Abraçados pelos avós – simbolizando o passado – os pais garantem um horizonte ao filho também trajado e, por isso, dentro das expectativas por eles transmitidas.

Trazendo à tona o elemento germânico como capa de uma edição especial para o município, seus 140 anos, e identificando sua história com este grupo étnico, o jornal configura determinado sentido para o presente e também para o futuro, de acordo com suas perspectivas. Segundo Marialva Barbosa:

As notícias são construídas não apenas para o presente, mas para o futuro. Há nelas uma configuração narrativa, por exemplo, nas estratégias de edição, nas quais se destacam na primeira página aqueles que seriam acontecimentos mais duradouros. Produz-se textos para os leitores do presente e do futuro, incluídos nesse universo os que procurarão por informações sobre um passado próximo ou distante (2010, p. 28)⁷.

Assim como na trama jornalística, também verificamos que as estratégias acerca de determinada narrativa são constituídas nos monumentos culturais que compõem o município e são justificadas pela vinda dos imigrantes alemães à região. Localizada na região do Vale do Taquari, centro-leste do estado do Rio Grande do Sul, a cidade foi o segundo município emancipado da região, em 1876. Habitada anteriormente por posseiros e grupos indígenas, a região passou a integrar o processo colonizatório através das colônias particulares

época não sabiam mais dançar valsas, polkas e schottisch. Aquelas danças antigas estavam se perdendo no esquecimento do tempo”.

⁵ Informação disponível no site dos Grupos Folclóricos de Danças Alemãs de Estrela <<http://www.gruposfolcloricosdeestrela.com.br/>> acesso em 15 mar. 2018.

⁶ Utilizo a ideia de “geração” como uma “escala móvel do tempo” (SIRINELLI, 2006, p. 135), e não como um dado fixo de periodização.

⁷ BARBOSA, Marialva C. Múltiplas formas de contar uma história... ALCEU, v. 10, n. 20, p. 25-40, jan-jun. 2010.

que se estabeleceram na região a partir da década de 1850⁸. Datada em 1856, a “Colônia de Estrela” é considerada por Hessel⁹ como o início da colonização sistemática de imigrantes alemães que afluíam das zonas de São Leopoldo e Feliz às novas “picadas” que eram abertas a partir da Colônia de Estrela. Com o passar dos anos, a composição étnica do município foi se modificando com a chegada de outros grupos étnicos, como, por exemplo, imigrantes e descendentes de italianos, portugueses e espanhóis. Como observamos, grupos indígenas e demais grupos étnicos participaram do processo de formação do município, que tende a dar exclusividade ou importância maior aos imigrantes alemães como colonizadores do território estrelense em suas publicações festivas que remontam à história local.

As atrações comemorativas em Estrela são integradas por um conjunto de eventos promovidos pelo Governo Municipal, entidades como o Rotary Club e a Comunidade Evangélica Luterana local¹⁰. Iniciada pelo chamado “Tradicional Grande Desfile Típico” dos Grupos de Danças Folclóricas Alemãs de Estrela, em que os dançarinos percorrem ruas da cidade em carros alegóricos e músicas consideradas alemãs, a programação da Maifest (como é chamada a festa do aniversário de emancipação) segue com o “Festival do Chucrute”. Neste festival, acontecem anualmente os conhecidos “Bailes Típicos”, com apresentações dos Grupos de Danças e onde há, de acordo com a programação, um salão ornado com “[...] decoração característica, jantar com comida alemã e cerveja”¹¹. Os Bailes são intercalados por uma programação que conta com os denominados “Típicos Cafés Coloniais Alemães” e com a “Festa do Idoso”¹², onde também acontecem apresentações dos Grupos de Danças. Em conjunto com o Festival do Chucrute, a Maifest conta com o “Park Chopp Fest”, evento onde acontecem os “Jogos Germânicos”¹³, desde o ano 2000, e a disputa de cobrança de pênaltis chamada de “Torneio do Boi”, que começou a fazer parte do evento em 2002¹⁴.

⁸ AHLERT, L.; GEDOZ, S. T. Povoamento e desenvolvimento econômico na região do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul – 1822 a 1930. Estudo e Debate, Lajeado, ano 8, n. 1, 2001, p. 49-91.

⁹ HESSEL, Lothar F. O Município de Estrela: história e crônica. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, Martins Livreiro, 1983, p. 24.

¹⁰ Promotores da Maifest de 2016. JORNAL NOVA GERAÇÃO, Especial Estrela 140 anos, 20 mai. 2016, p. 4.

¹¹ Programação do 52º Festival do Chucrute de Estrela-RS. Disponível em <<http://www.festivaldochucrute.com.br/>>. Acesso em 15 mar. 2018.

¹² Além das apresentações do Grupos de Danças de Estrela e de outras regiões, a Festa do Idoso se realizou, em 2016, com o chamado “almoço típico” e o baile no período da tarde. JORNAL A HORA, Caderno Conexão, 17 mai. 2016, capa.

¹³ Em 2016, as atividades que compuseram os “Jogos Germânicos” foram: Pau de Sebo; Carregar a Tora de Lenha; Serrar e Rachar a Lenha; Carrinho de Mão; Cabo de Guerra; Estafeta Germânica; Galinha Caipira e Pegar Leitão, conforme o Jornal *Nova Geração*, Especial Estrela 140 anos, 20 mai. 2016, p. 5. Como podemos observar, algumas atividades, como “Cabo de Guerra”, não possuem uma procedência propriamente germânica, como propõe o evento.

¹⁴ A partir de 2014, a premiação do Torneio do Boi – que antes era um boi – passou a ser entregue em dinheiro e fardos de cerveja para os vencedores.

Já o visitante que quiser conhecer a cidade para além das festividades de aniversário de emancipação, as boas vindas à Estrela são dadas pelo casal Chuc e Rute – duas grandes estátuas localizadas na rodovia de entrada à cidade que representam os imigrantes alemães e fazem referência ao Festival do Chucrute¹⁵. Vestindo trajes semelhantes aos utilizados pelos Grupos de Danças Folclóricas Alemãs de Estrela, a estátua de Chuc segura uma caneca de chopp e uma linguiça, enquanto Rute, que também sustenta uma caneca de chopp, carrega na outra mão um prato de chucrute, comida considerada típica alemã. A cultura germânica ainda é homenageada no pórtico de acesso ao município em função de sua arquitetura fazer referência a ela: enquanto que um dos portais está orientado para o rio pelo qual chegaram os primeiros imigrantes no território onde hoje se situa o município, o outro está direcionado para a “Estrada da Produção” (hoje chamada Rodovia Leonel de Moura Brizola), a fim de remeter à industrialização do município. Verificamos, portanto, na união dos dois portais que formam o pórtico, uma trama que remonta à figura do colonizador alemão como “civilizador”, “laborioso” e “promotor do progresso”, como a historiografia que se dedica às representações da imigração alemã no sul do Brasil questiona¹⁶.

Apesar dessas referências ao grupo étnico teuto-brasileiro que se apresentam para o visitante do município, observamos que Estrela não é composta apenas por imigrantes alemães e seus descendentes, como os eventos, narrativas jornalísticas e monumentos aparentam. Essa leitura exclusivista é desconstruída pela historiografia que se detém sobre a história local¹⁷. Analisando publicações realizadas com apoio do poder público municipal sobre a história local desde sua emancipação, observamos que essa intriga de enaltecimento étnico compõe-se historicamente. Acessando as obras publicadas pelo poder municipal desde a sua emancipação, analisamos que são edições que minimizam ou omitem a participação de outros grupos étnicos, mulheres e negros em suas narrativas e, além disso, atribuem um heroísmo à trajetória dos imigrantes alemães e seus descendentes que oblitera históricos momentos de conflito entre eles.

Entre estes momentos conflituosos sobre a imigração alemã no município, que é harmoniosamente retratada nos patrimônios culturais da cidade, destaco aqui um período histórico esquecido pelas obras comemorativas, pontos turísticos e evento festivos de Estrela: os anos referentes ao Estado Novo. Entre 1937 e 1945, no governo autoritário de Getúlio

¹⁵ As estátuas foram construídas em 2005, para comemorar o 40º Festival do Chucrute.

¹⁶ WEBER, Regina. Os operários e a colmeia: trabalho e etnicidade no sul do Brasil. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

¹⁷ WERLE, Bibiana. A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS). Porto Alegre: UFRGS, Dissertação (Licenciatura em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

Vargas, foi elaborado um projeto de nacionalização que passava pela proibição da fala em idiomas que não fossem o vernáculo até o reconhecimento dos símbolos nacionais por todos os brasileiros. Iniciada a partir do Decreto-Lei 383, assinado por Vargas em abril de 1938, mas intensificada com o alinhamento brasileiro aos Aliados após o afundamento de navios brasileiros e a declaração de guerra entre Brasil e Alemanha em 1942, na Segunda Guerra Mundial, a chamada Campanha de Nacionalização varguista tinha como objetivo a difusão de uma versão acerca da identidade nacional brasileira e, entre as ideias que orientaram as ações dos agentes do Estado Novo para “nacionalizar” os brasileiros, estava a de dissolver a possibilidade de formação de quistos étnicos nas regiões marcadas pela imigração no país.

Inserindo o Brasil em um novo momento político nacional, em contraposição à Primeira República, que se caracterizava pelo liberalismo oligárquico e pela acentuada autonomia dos estados federais, o regime varguista pretendia unificar as partes da nação através de um governo centralizado e agente da modernização do país. Após o dez de novembro de 1937, quando decretado então o Estado Novo, muitos imigrantes no Rio Grande do Sul passaram a sofrer intensamente com perseguições, delações, readequação de escolas e fechamento de associações culturais e religiosas. Representada por autoridades como J. P. Coelho de Souza, secretário de educação, e Aurélio da Silva Py, chefe de polícia estadual, a Campanha de Nacionalização passou a efetivar-se em ação conjunta com delegados e subdelegados municipais, além da atuação de civis que delatavam teuto-brasileiros em função de rixas pessoais ou motivos escusos. Divergindo da narrativa heroicizante e harmoniosa sobre o passado referente à imigração alemã de Estrela, portanto, destacamos neste artigo, através de documentos institucionais, jornais e narrativas obtidas através da metodologia da História Oral, situações de repressão relativas ao ambiente escolar a que o grupo étnico teuto-brasileiro esteve ligado na região abordada.

2. Um passado pouco narrado

Com o título “Cumprindo a lei de nacionalização do ensino”¹⁸, a nota publicada em setembro de 1940 no semanário sul rio-grandense, *O Taquaryense*¹⁹, dava mostras de que

¹⁸ Os textos de matérias de jornais presentes neste artigo estão reproduzidos no formato original da linguagem em que foram encontrados.

¹⁹ *O Taquaryense*, um jornal de cunho familiar, é o segundo jornal mais antigo do Rio Grande do Sul em circulação. Fundado em 31 de julho de 1887 por Albertino Saraiva, no município de Taquari, é o único semanário no país que permanece sob o comando da mesma família e possivelmente o único na América Latina produzido artesanalmente através dos tipos móveis metálicos.

Outros Tempos, vol. 15, n. 26, 2018, p. 209 - 224. ISSN: 1808-8031

a Campanha de Nacionalização estava sendo aplicada também no Vale do Taquari: “Pelo dr. Secretario da Educação foi mandada fechar no municipio de Estrella uma escola particular, cujo professor não ensinava o vernaculo sob a futil allegação de que os alumnos choravam, quando o professor pretendia ensinar-lhes o portuguez.”²⁰ A nota sobre o fechamento de uma escola no município de Estrela, a mando do Secretário da Educação Coelho de Souza, descreve tendenciosamente o ocorrido: a alegação do professor, sobre o choro de seus alunos ao não quererem aprender o português, é descrita como fútil na publicação. Não apenas mostrando o que poderia ser interpretado como uma forma de resistência do professor, a nota de *O Taquaryense* nos permite refletir sobre como as ações da Campanha de Nacionalização reverberaram sobre cotidiano dos imigrantes alemães e seus descendentes. Aprender uma nova língua via imposição não foi tarefa fácil para aquelas crianças que narram hoje, na faixa dos oitenta anos, as lembranças da época:

Quando nós fomos para Arroio do Meio a gente não falava nada em português. Nada, nada, nada! Por isso que quando nós saímos de Conventos nós estávamos na 4º série, e quando nós chegamos em Arroio do Meio nós passamos para a 3º por causa da língua, porque nós não sabíamos falar, tivemos que primeiro aprender.²¹

Sendo um dos ambientes de socialização das crianças e adolescentes, professores das escolas comunitárias tentavam manter em sala o idioma falado em casa por eles e pelos alunos, afinal, juntamente com outras instituições associativas, estas escolas operavam com “[...] critérios étnicos bem definidos”²² nas regiões de imigração alemã. No município de Estrela, a preocupação dos professores com a possibilidade de fiscalização em relação ao idioma ministrado já aparecia noticiada em 1938, em matéria local do jornal *O Paladino*²³, de 26 de fevereiro. O texto anônimo, chamado “Reunião de professores em Corvo”²⁴, contém o seguinte excerto: “O Revmo. P. Affonso Schmidt, concitou ao professorado a dar a maxima atenção ao vernaculo, para que o merito já publico e notorio das nossas escolas particulares

²⁰ O TAQUARYENSE, ano LIV, n. 2739, p. 2, 21 set. 1940, matéria local.

²¹ MALLMANN, Ida Hammes: depoimento. Entrevistadora: Bibiana Werle. Lajeado, 2013. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

²² SEYFERTH, Giralda. Identidade Nacional, Diferenças Regionais, Integração Étnica e a Questão Imigratória no Brasil. In: ZARUR, George de C. Leite. (Org.). Região e Tradição na América Latina. Brasília: Ed. da UnB, 2000, p. 95. pp. 81-109.

²³ Fundado por Antonio Cardoso em setembro de 1921, na cidade de Estrela, o jornal *O Paladino* (que se autodenominava como “o semanário de maior tiragem e circulação no Alto Taquari”) funcionou até o ano de 1941. Com uma tiragem entre mil e mil e quinhentos jornais por edição, *O Paladino* foi um semanário bilíngue que, publicado aos sábados, a cada domingo atingia não apenas o público da área urbana da cidade, mas também as pessoas da zona rural que “iam para a cidade” frequentar as missas dominicais.

²⁴ O PALADINO, ano 17, n. 805, p.2, 26 fev.1938, matéria local.

mais e mais cresça, contribuindo também para segura e completa nacionalização dos nossos centros rurais”. Se em 1938, no início do Estado Novo, já havia esta preocupação com o idioma por parte de professores e dirigentes das escolas comunitárias no Vale do Taquari, a nota, acima analisada, sobre o professor que instruía os alunos na língua alemã em 1940 pode ser considerada um demonstrativo das táticas utilizadas pelos educadores para driblar as ações da nacionalização forçada.

Com o passar dos anos, as ações da Campanha de Nacionalização foram intensificadas com a atuação de fiscais e demais autoridades locais que detinham a função de fiscalizar e controlar o cumprimento das medidas proibitivas decorrentes das normas estabelecidas. Em estudo realizado sobre a intervenção da política “nacionalizadora” na Comunidade Evangélica do município vizinho de Lajeado (CEL), bem como no Colégio Lajeadense²⁵, a historiadora Silvana Faleiro²⁶ observa o papel desempenhado pelo Sínodo Rio-Grandense²⁷ nestas duas instituições ligadas à Igreja Evangélica de Confissão Luterana (IECLB) local. Segundo Faleiro²⁸, o presidente do Sínodo, Pastor Dohms²⁹, instruía as comunidades luteranas das regiões de imigração alemã a obedecerem estritamente às determinações do Estado, o que destruía a arquitetura do modelo comunitário de ensino baseada na autonomia.

Através dos registros encontrados nos livros de ata do Colégio Lajeadense e da CEL durante o período da Campanha de Nacionalização, Faleiro explica que tanto a direção do Colégio quanto a direção da CEL não compactuavam com as normas que precediam da documentação oficial, de modo que tentavam contornar da melhor forma a incompatibilidade das normas com a realidade que a escola mantinha. As portarias e correspondências recebidas pela Escola dos órgãos oficiais tratavam de reafirmar a ideia de que o Hino Nacional deveria ser entoado ao ser iniciado o turno de trabalho, por exemplo. Ao não compactuar com as normas advindas da Secretaria de Educação e Saúde Pública, a escola foi fechada em 1940 por intermédio da Delegacia de Polícia local.

²⁵ Atual Colégio Evangélico Alberto Torres – CEAT.

²⁶ FALEIRO, Silvana R. Colégio Evangélico Alberto Torres: memórias e história. Lajeado: Univates, 2005.

²⁷ Uma das primeiras estruturas eclesiais criadas para organizar o luteranismo no Brasil, o Sínodo Rio-Grandense, situado em São Leopoldo-RS, foi criado em 1886.

²⁸ FALEIRO, Silvana R. Colégio Evangélico Alberto Torres: memórias e história. Lajeado: Univates, 2005, p. 49.

²⁹ Apesar da formação alemã, Dohms nasceu no Brasil e iniciou seu pastorado em Cachoeira do Sul (RS). Tornou-se presidente do Sínodo Rio-grandense em 1935. Em minha dissertação (WERLE, 2014), verificamos o papel de mediador desempenhado pelo pastor Dohms entre o Secretário de Educação e Saúde Pública do RS e os pastores das comunidades luteranas locais durante a Campanha de Nacionalização.

A pesquisa realizada por Faleiro demonstra que o intuito da Campanha de Nacionalização, pelo menos no que tange ao Colégio Lajeadense, era o de proibir o idioma alemão, de reprimir o desenvolvimento de uma identidade étnica teuto-brasileira que se reformulava a todo momento num ambiente propício para sua manutenção: a escola. No caso do Colégio, uma mudança realizada no direcionamento das ações burocráticas, como o canto do hino e a alteração no idioma após 1940, por exemplo, permitiram a reabertura da escola, que ainda contou com uma intervenção em setembro de 1941 quando, o até então “Colégio Lageadense”, alterou seu nome para Colégio Alberto Torres, “[...] considerando que este grande brasileiro, em virtude de seus imensos serviços prestados à Pátria, merece a justíssima honra de servir de patrono para um estabelecimento de ensino [...]”, como consta em ata analisada pela historiadora³⁰.

A fiscalização sobre os grupos escolares de Lajeado também é verificada através das visitas de inspeção dos “fiscais da nacionalização”, que visavam garantir que o vernáculo e a educação cívica estivessem sendo ensinados aos alunos, como observamos no Termo de Inspeção a seguir:

Termo de Inspeção

Aos 14 dias do mez de Maio de 1940, as 10,30 horas fiscalizei esta aula particular de Alto Sampaio, 7° dist°, regida pela professora D^a Rosa Z. D.(?).

Estavam presentes 17 alunos de ambos os sexos, cujo adiantamento nas matérias de nacionalização é regular.

Alto Sampaio, 7° dist° de Lajeado, 14 de maio de 1940. Prof. José (Fontoura?) - fiscal de nacionalização³¹.

Na documentação referente à Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB) de Lajeado, também observamos o autocontrole que as instituições deveriam ter em relação às atividades nas quais se usava o idioma alemão. Em um relatório produzido pela Igreja Evangélica num período posterior ao Estado Novo, verificamos a seguinte afirmativa: “O jardim de infância, instalado em 1934 e mantido com dificuldades teve que ser fechado em 1940. Em consequência da nacionalização faltava uma pessoa competente para dirigi-lo. Mas em 1941 já pode ser reaberto”³². A exigência de professores que ensinassem o vernáculo durante o Estado Novo tornou-se um problema para antigos professores, que muitas vezes perdiam seu emprego, como também para os alunos, que eram obrigados a lidar com a

³⁰ FALEIRO, Silvana R. Colégio Evangélico Alberto Torres: memórias e história. Lajeado: Univates, 2005, p. 63.

³¹ Termo de Inspeção, 14 maio 1940. Alto Sampaio, Lajeado. Arquivo Histórico Municipal de Lajeado. Livro nº 0897.

³² IECLB Estrela, relatório de autor desconhecido sobre a comunidade evangélica de Lajeado. Ano desconhecido, p.7.

abrupta mudança do idioma, como podemos observar na narrativa de Walter³³, ao lembrar uma ocasião que envolvia um ex-colega:

Me lembro de um colega sim... Nessa época eu já tava aqui no São José, e ele, o meu colega, ele estudava no Alberto Torres [Colégio Lajeadense]. O jardim da casa dele dava pra atual rua Júlio de Castilhos, ali... E ele estava no jardim da casa dele falando com a mãe dele em alemão, que a mãe dele só falava alemão... E o delegado viu, tava passando na rua e viu, e prendeu o garoto. Não sei quanto tempo ele teve engaiolado, não sei se foi só um dia ou foi uma semana, isso eu não me lembro, mas eu me lembro que eu vi ele no pátio na cadeia sentado... Ele tinha a minha idade, isso deve ter sido lá por 41, 42. Mas era assim mesmo, na época era assim... era a época da ditadura, imagina o poder que um delegado tinha! Então eles faziam o que queriam e não acontecia nada... mas muita gente continuou falando alemão... Tava cheio de gente que não falava português, como a mãe desse garoto, como vai se comunicar, né?

Considerando a memória como uma narrativa construída no tempo presente e passível de alterações e flutuações³⁴, a narrativa de Walter representa a importância dada ao aprendizado da língua nacional para não ser alvo de perseguições naquele período. De acordo com Portelli³⁵, “tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem”. Na história oral, tomamos conhecimento das representações das pessoas sobre os fatos, o que é significativo para o trabalho do historiador. Fundamental, apesar disso, é conhecermos os fatos para cruzarmos às representações e, daí, tentarmos compreender, com aporte teórico, o porquê de ser representado daquela forma. Durante o Estado Novo, as medidas proibitivas aos imigrantes através de decretos federais, as ações dos fiscais nas escolas, assim como as apreensões de objetos relacionados à imigração alemã em seus domicílios são fatos que traziam à tona tensões que podem ser observadas nas narrativas de moradores do Vale do Taquari na atualidade.

Em relação à exaltação nacional e imposição do idioma português, por exemplo, os jornais eram um dos meios de acesso a artigos, notícias e publicações das normas estabelecidas pelas instâncias superiores. Em um texto enviado pela Agência Nacional a *O Taquaryense*, em abril de 1940, verificamos o tom regulador da matéria: “O que constitui a nacionalidade é propriamente a língua nacional. A morte de uma nação começa sempre pelo

³³ JAEGER, Walter. Entrevistadora: Bibiana Werle. Lajeado, 2013. Cassete sonora. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

³⁴ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

³⁵ PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civittella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Orgs.). Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 111. pp. 103- 130.

Outros Tempos, vol. 15, n. 26, 2018, p. 209 - 224. ISSN: 1808-8031

apodrecimento de sua língua”³⁶. A frase, atribuída a Olavo Bilac, é tomada no texto como uma “verdade fundamental, que o Estado Novo compreende e transforma em lemma e inspiração de muitas iniciativas”. Ainda enaltecendo a língua nacional, o texto expõe que “A boa linguagem, isto é, o idioma em sua formosura natural é uma das bases do nosso reerguimento”. Desprezar o culto à língua é tido como mau gosto pelo autor do texto, que considera isso com um ato de “dissolução” e “impatriotismo”.

Ainda crianças em idade escolar durante o Estado Novo, a tensão provocada pelas ações “nacionalizantes” pode ser observada nas narrativas de mulheres como as irmãs Wally³⁷ e Delcia³⁸. Lembrando-se de uma situação em que a professora questionava a nacionalidade das alunas no Colégio Lajeadense, Wally narra: “Pra tu ver como eu era burrinha! Quando eu fui no colégio a professora perguntou ‘É da Alemanha?’ e eu aponte logo o dedo e disse ‘sou da Alemanha!’”. Delcia, contando suas experiências, comenta o medo que tinha da professora, o que demarca também a moralidade presente nas instituições de ensino da época: “Nós tinha medo da professora”. E Wally ressalta: “Professora falou, mãe falou, pai falou, era aquilo ali. Amém. Sem gozação nem nada... Não existia isso... A palavra dos pais e da professora, meu Deus! Ela era majoritária. Isso era uma mulher fora de série, era um respeito que tinha.”.

Olavo Black, em livro memorialista escrito em 2004, também comenta as mudanças sofridas pelos alunos que recebiam novos professores e, referindo-se à fiscalização sobre os educadores que ministravam aula em idioma alemão entre os anos 1930 e 1940, escreve:

Nos educandários de maior expressão, foram introduzidos ‘professores de nacionalização’. Em localidades de menor porte, ditos doutrinadores, literalmente mesmo contra a vontade da comunidade, assumiam a direção das escolas, sob desapropriação, em detrimento do antigo professor. [...] Em 1939, em Lajeado, a enviada governamental, sob este prisma, tentou impedir o Diretor Dick de lecionar ‘matérias de nacionalização’, como português, geografia e história. Arbitrariamente alegou que, pela nova lei, tais matérias deveriam ser ministradas por brasileiros e que ele era de *origem*³⁹.

³⁶ “A boa linguagem como fundamento da reconstrução nacional” (O TAQUARYENSE, ano LIII, n. 2708, p. 1, 6 abr. 1940, matéria comprada).

³⁷ LOHMANN, Wally Edel. Entrevistadora: Bibiana Werle. Lajeado, 2013. Cassete sonora. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

³⁸ FREITAS, Delcia Iací Lohmann. Entrevistadora: Bibiana Werle. Lajeado, 2013. Cassete sonora. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

³⁹ BLACK, Olavo. Colinas da Esperança: Conventos – 150 anos de história. Lajeado: Evangraf, 2004, p. 68.

O rígido controle sobre as escolas mencionado por Black remete-nos aos Termos de Inspeção, como analisamos anteriormente, e à narrativa do atual padre Álvaro⁴⁰, que se lembra da preocupação que os professores tinham com os alunos que, por descuido, pudessem levar algum material escrito em idioma alemão para as aulas:

E lembro então que veio uma fiscal da Secretaria da Educação para ver se ainda tinha livros alemães no colégio. O professor já tinha advertido: ‘não tragam nenhum livro em alemão’. E o professor também nos comunicou: ‘daqui pra frente não se pode dizer mais nenhuma palavra em alemão, né, e no recreio, não falem nenhuma palavra em alemão. Quem falar, me avisem, que eu vou dar um castigo pra não esquecer’. E o primeiro e o único que falou uma palavra em alemão foi o Souza (risos) o Lauro, nosso colega. Nós estávamos em redor de um poço, aí ele disse o seguinte: “olha um ‘frosch’ [sapo, em alemão] (risos), pronto, então ele não pôde ir pro recreio no dia seguinte.

Atingindo a vida pública e os campos mais íntimos da vida privada, as ações dos fiscais do governo tinham como objetivo “abrasileirar” os teuto-brasileiros via imposição, como podemos observar através das fontes enunciadas, que se reportam ao âmbito escolar. É importante ressaltar, entretanto, como afirma Lúcio Kreutz⁴¹, que “[...] não se pode atribuir pura e simplesmente o fim da escola teuto-brasileira à Campanha de Nacionalização do Ensino.” A questão no Rio Grande do Sul foi que a Campanha precipitou um processo que já vinha ocorrendo de maneira mais gradual. Para além do ambiente escolar, no entanto, a ideia de nacionalizar os imigrantes e seus descendentes também passava pelos ambientes dedicados à oração (instituições religiosas), ao divertimento (bailes), assim como pelo espaço mais reservado das pessoas, as suas próprias residências. Como podemos observar, ao reprimir a difusão de qualquer elemento identificado a uma germanidade, a Campanha de Nacionalização proibiu deliberadamente as manifestações culturais de caráter étnico nas regiões marcadas pela imigração, apesar das resistências e táticas constituídas para driblar situações conflituosas com os agentes do governo. Para os imigrantes alemães e seus descendentes, o momento que se seguiu ao fim da Campanha ficou por certo tempo relacionado ao medo e ao trauma do autoritarismo a que se davam as ações.

3. Um presente que oblitera um passado

⁴⁰ NOSCHANG, Álvaro R. Entrevistadora: Bibiana Werle. Estrela, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

⁴¹ KREUTZ, Lúcio. A Nacionalização do Ensino no Rio Grande do Sul: medidas preventivas e repressivas. Fronteiras. Revista Catarinense de História, Florianópolis, SC, n. 13, pp. 65-89, 2005, p. 85.

A repressão que se desenvolveu em Estrela e região aos teuto-brasileiros nos anos 1930 e 1940 provocou como consequência um silenciamento de imigrantes e descendentes que temiam a perseguição ao grupo, mesmo com o fim da Campanha de Nacionalização. Foi apenas nos anos 1950 que houve uma revalorização étnica através de novas narrativas configuradas pelas obras comemorativas, as quais não puderam ser publicadas durante o Estado Novo. Na edição de 1951⁴², relativa aos 75 anos do município, por exemplo, não há menção às decorrências da ditadura estadonivista na região, mas sim uma forte valorização do grupo germânico. A profusão da utilização de palavras como “desenvolvimento”, “progresso”, “possibilidades” e “futuro” pela intriga da obra, demonstra que, além de um novo período histórico estar sendo experienciado naquele momento, também se buscava a construção de uma narrativa que creditava certa “pujança” econômica do município aos imigrantes alemães e seus descendentes, na medida em que a associava aos mesmos como povo “trabalhador”, “laborioso”, “pioneiro” e “desbravador”.

As festividades contemporâneas que cultuam uma suposta cultura alemã, fomentando a construção de uma identidade étnica, validam um entendimento de que esta é dinâmica e constantemente reatualizada de acordo com o momento histórico em que o grupo étnico é inserido. Pesquisando percursos turísticos representantes da identidade étnica italiana na serra sul rio-grandense, Beneduzi⁴³ ressalta a questão de que os mesmos carregam consigo uma ilusória ideia de “resgate” do passado:

Muitas vezes os projetos culturais e turísticos acabam construindo simulacros de uma quotidianidade acontecida. Enquanto se propõem a revelar o autêntico, a permitir que se veja as coisas como de fato o foram, esses programas ressignificam o real e constroem uma realidade passada estetizada, desprovida do efeito do tempo que frui.

Dessa foma, observamos, segundo Roswithia Weber⁴⁴, que “[...] os interesses econômicos apropriam-se do discurso homogeneizador como estratégia de promoção turística, configurando o que pode ser chamado de ‘turismo étnico’, que toma como propósito mostrar o que a região tem, considerando o mote étnico alemão”. O apelo do turismo sobre os eventos e monumentos culturais, portanto, também influencia a produção da trama que referencia a

⁴² Revista Jubileu Diamante de Estrela, 1951.

⁴³ BENEDUZI, Caminhos de memória: uma análise de percursos de italianidade no Rio Grande do Sul. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 49. pp. 40-55, jan./jun. 2009.

⁴⁴ WEBER, Roswithia. Mosaico identitário: História, Identidade e Turismo nos Municípios da Rota Romântica – RS. Porto Alegre, 2006. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, p. 290.

Outros Tempos, vol. 15, n. 26, 2018, p. 209 - 224. ISSN: 1808-8031

memória do grupo étnico teuto-brasileiro a uma origem primordial. Assim, as obras comemorativas, os locais e eventos turísticos aqui referidos são compreendidos como lugares de produção e reafirmação de uma memória enquadrada sobre uma identidade étnica construída a partir de uma tradição inventada⁴⁵ e também como vetores onde as memórias subterrâneas sobre a trajetória de vida dos mesmos e de outros grupos étnicos na região sejam silenciadas. Como afirma Pollak⁴⁶, “O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades [...]”.

Desse modo, compreendo os discursos oficiais como a rede de vetores memoriais que inundam a percepção do cidadão que não tem a oportunidade de ultrapassar seus significados enquadrados. De acordo com Ferreira⁴⁷, a análise sobre a comemorações:

[...] dão a oportunidade de acompanhar o trabalho permanente de construção da memória ao selecionar o que deve ser valorizado e o que deve ser esquecido. Isto permite ao historiador combater o determinismo e o relativismo. A história das comemorações nos permite captar a diversidade de visões ao longo do tempo e desnudar os conflitos e enquadramentos da memória.

Além de produzir um novo passado sobre a imigração alemã no município, que a heroiciza, verificamos outro importante ponto que essas narrativas sobre o passado nos oferecem: a desigualdade na forma como são evidenciados ou não os grupos que compõem a população local. Se hoje analisamos um enaltecimento tão forte sobre a cultura germânica presente na cidade, também fica evidente a falta dos demais grupos étnicos que compõem o município nessas pontes memoriais com o passado. Imigrantes italianos, espanhóis e portugueses que também fizeram parte da construção do município, além dos grupos indígenas que lá habitavam e os negros que foram escravizados nas colônias são minimizados nas narrativas promovidas pelo poder público que comemoram a data da emancipação, quando não são apagados.

4 Considerações finais

⁴⁵ HOBBSAWM, Eric J. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBBSAWM, Eric J.; RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

⁴⁶ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3. pp. 3-13, 1989.

⁴⁷ FERREIRA, Marieta de M. Demandas sociais e história do tempo presente. In: VARELLA et al. (Org.) *Tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012, p. 120.

Analisar documentos e narrativas que se relacionam à Campanha de Nacionalização em uma região específica do Rio Grande do Sul permite que tenhamos acesso a mais um dos focos onde as instâncias do governo brasileiro agiram com a finalidade estabelecer a imposição de uma identidade nacional sobre representações regionais e étnicas no país. Sendo que a eficiência da imposição de uma identidade nacional brasileira é uma questão que dificilmente pode ser encontrada no nível concreto dos documentos, visto que Estrela corresponde aos 3% de municípios no Brasil sem arquivo municipal⁴⁸. É possível observar através das narrativas orais e documentos encontrados com dificuldade que traços culturais não são eliminados abruptamente, mesmo sendo ou talvez justamente sendo pela via da imposição. As identificações com as representações do Estado nacional brasileiro foram e vêm se dando no contato interétnico, mas as características que os descendentes de imigrantes alemães carregam consigo ainda possuem traços de identificação étnica que, por ser dinâmica, é elaborada e reelaborada de acordo com o contexto em que estes grupos se inserem.

Os acontecimentos documentados e narrados que são analisados neste trabalho demonstram como aquele passado em que a imposição de uma identidade nacional, que entrou em choque com uma identidade étnica teuto-brasileira, há tempos em elaboração, não fazia sentido prático para o grupo de descendentes de imigrantes alemães entrevistado na região. Através das entrevistas, percebemos que a introdução de símbolos nacionais e do idioma português nas escolas, por exemplo, não foi rejeitada pelo grupo de imigrantes alemães e seus descendentes. Ao contrário disso, podemos ver através das narrativas que não há manifestações em oposição ao que vinha sendo incorporado à sociedade, mas sim à maneira como era imposto. As mudanças implementadas durante o Estado Novo ocorreram de forma abrupta e não deram margem para uma adaptação que ocorreria, mais cedo ou mais tarde, no contato social daqueles que eram considerados “não assimilados” pelo regime com os outros grupos étnicos existentes, afinal, as construções identitárias são elaboradas na constante interação com o outro.

Ironicamente, na contemporaneidade, verificamos que a não-assimilação se dá justamente pelas formas como o grupo étnico teuto-brasileiro é retratado nos eventos e nas narrativas comemorativas e turísticas e não os demais grupos que compõem o município. As ideias de progresso e pujança econômica do município são atribuídas, num tom bastante

⁴⁸ WERLE, Bibiana. Acessibilidade documental e autoridade compartilhada: pela construção de uma história pública. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 21, p. 429 - 449. maio/ago. 2017.

Outros Tempos, vol. 15, n. 26, 2018, p. 209 - 224. ISSN: 1808-8031

exclusivista, aos imigrantes alemães e seus descendentes, compreendidos como “laboriosos” e “pioneiros” na cidade. O contato com os grupos indígenas, então pioneiros, com outras etnias no século XIX não é problematizado, de modo que se configura uma falsa ideia de vazio populacional antes da chegada dos imigrantes na região. Escravizados também não são mencionados pelos livretos comemorativos pois, assim como a perseguição aos teuto-brasileiros tão exaltados hoje, a escravidão é conscientemente esquecida pelos vetores memoriais por desarmonizarem uma aparência de harmonia e igualdade identitária local.